



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo Físico nº: **0018630-51.2006.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Monitória - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**  
 Requerente: **Adriana F M Ferreira Araraquara Me**  
 Requerido: **Walmir Carlos Bertolino**  
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

### CONCLUSÃO

Aos 25 de maio de 2014, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito, o Exmo. Sr.  
**Dr. MILTON COUTINHO GORDO.**  
 Eu,....., esc., digitei e subscrevi.  
 Processo nº 1279/13

### Vistos

Ao relatório da sentença proferida às fls. 133/137 anulada por votação unânime pela 15ª Câmara de Direito Privado do TJSP, acrescento:

Designada audiência de instrução, as testemunhas arroladas pelo requerido não foram encontradas; intimado a respeito o mesmo solicitou prazo mas na sequência, desinteressou-se da prova (v. fls. 199).

O pleito de depoimento pessoal das partes, foi indeferido, nos termos da decisão de fls. 179/180, que aliás, restou irrecorrida e assim, a instrução foi encerrada.

**DECIDO, novamente.**

**0018630-51.2006.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Após ter sido procurado por dois anos e meio o requerido foi citado e compareceu aos autos **confessando ter mantido com a autora a negociação** que justificou a emissão de quatro cheques cobrados (juntamente com outros quatro regularmente compensados), muito embora no verso dos quirógrafos nenhuma expressão tenha sido lançada a respeito.

A respeito confira-se fls. 95/100.

Todas a cambiais foram **emitidas na mesma data** para depósito futuro.

Não há que se falar em emissão em garantia.

O cheque é título de crédito para pagamento à vista e o saque para depósito futuro não lhe retira os atributos legais.

Nesse sentido:

“Ementa: JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE – cerceamento de defesa – inoccorrência – Pretensão de produção de prova oral – inocuidade – inexistência, ademais, de demonstração de que tal prova tinha como objetivo demonstrar a má-fé do portador do título – Preliminar rejeitada. CAMBIAL – cheque – Ação anulatória de título cambial – inoponibilidade ao terceiro de boa-fé de exceção relativa à causa ensejadora da emissão da cártula – **Título pós-datado não desvirtua sua natureza de ordem de pagamento à vista** – Inteligência dos artigos 25 a 32 da Lei nº 7.357/85 – Ação improcedente –



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Recurso desprovido – Sentença mantida”  
 (Apelação Cível nº 7302716400, Rel, Ademir  
 Benedito, 21ª Câmara de Direito Privado, DJ,  
 26/08/2009 – grifei).

Nenhuma correspondência foi enviada pelo  
 postulado à requerida no sentido de comprovar, na época, o desacordo comercial  
 referido a fls. 96, item 06.

Também nenhuma ordem (com tal justificativa) foi  
 passada ao banco sacado na busca da “sustação”; a casa bancária se limitou a  
 devolver os títulos **por falta de provisão de fundos**. A respeito confira-se fls. 07,  
 09, 11 e 13.

Diante desse contexto, sendo a autora tomadora  
 das cambiais não saldadas, faz jus ao pagamento das importâncias nelas  
 especificadas com correção a contar das datas em que apresentadas a  
 pagamento junto ao sacado, mais juros de mora à taxa legal a contar da citação.

Cabe ainda destacar, que o requerido teve  
 oportunidade para produzir a prova testemunhal, e acabou demonstrando  
 desinteresse.

\*\*\*

Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos  
 consta, **JULGO IMPROCEDENTES** os embargos ao mandado, reconhecendo  
**COMO TÍTULOS EXECUTIVOS OS CHEQUES** constantes de fls. 07, 09, 11 e 13  
 dos autos, condenando **WALMIR CARLOS BERTOLINO** a pagar a requerente,  
**ADRIANA F. M. FERREIRA ARARAQUARA ME**, a importância descrita na inicial  
 - R\$ 6.440,0 (seis mil quatrocentos e quarenta reais) - com correção a contar do



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

ajuizamento, mais juros de mora à taxa legal, a contar da citação.

Consigno, desde já, que o **prazo de quinze (15)** dias, previstos no **art. 475-J do Código de Processo Civil** (com a redação dada pela Lei nº 11.232 de 22 de dezembro de 2005), começará a **fluir a partir do trânsito em julgado** desta decisão, **independentemente de intimação**, incidindo a multa de 10% sobre a condenação, caso não haja o cumprimento voluntário da obrigação.

Ante a sucumbência, condeno o embargante ao pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios que fixo em 15% sobre o valor da condenação.

**P.R.I.**

São Carlos, 02 julho de 2014.

**MILTON COUTINHO GORDO**

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**